

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 14 - Sociologia e a Cidade

Maringá-PR: uma cidade média com grandes territórios do agronegócio

Natalia Wingeter de Souza¹

INTRODUÇÃO

Ao observar e compreender a formação e as características de uma determinada cidade a ser estudada, se faz necessário uma busca minuciosa por atitudes e valores que as pessoas nutrem em seus espaços, que possam desta forma compreender a organização da vida política e de suas práticas culturais (Park, 1967). Quem se debruça sobre os estudos das cidades e formações deve ter estabelecido que elas nascem de formações históricas próprias, cada uma com suas especificidades e contextos (Freitag, 2006). Ainda se acrescenta que a relação cidade-campo alterou profundamente as formas de produção no decorrer do tempo histórico, e sendo assim, as cidades, bem como a realidade urbana, é fruto de uma condição histórica (Lefebvre, 2001). Há um amplo debate e um leque de definições a respeito das cidades de médio porte no Brasil (Santos, 2006, Maricato, 2001, Amorim & Serra, 2001). Diante deste contexto, as cidades médias são municípios cuja população urbana concentra em média de 100 a 500 mil habitantes. Em outro giro, também podem ser classificadas hierarquicamente de acordo com suas funções econômicas, fluxos de redes e densidade demográfica.

A expansão da indústria e a modernização tecnológica do campo que compreende o avanço nas indústrias agrícolas, bem como as novas relações de consumo de uma economia

¹ Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), wingeternatalia@gmail.com

globalizada se expressaram nas áreas em que o desenvolvimento foi maior destinado, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Com efeito, a modernização agrícola foi útil na liberação de mão de obra e na expansão da ocupação pioneira no interior do Brasil. Tal expansão resultou em novas relações de consumo e produção que desencadearam profundas transformações das redes urbanas (Staback & Ferrera de Lima, 2023). Com a desconcentração industrial geográfica, a mobilidade da fronteira agrícola e investimentos em infraestrutura que integraram o interior do Brasil à dinâmica da economia nacional, as cidades médias surgiram como alternativas de difusão do crescimento econômico no país e como novas possibilidades de se encarar o fenômeno urbano (Stamm et. al, 2013).

Denise Elias (2025) anuncia o surgimento de um tipo de cidade que vem ocupando lugares de destaque na rede urbana brasileira, denominadas de Redes Produtivas do Agronegócio (RPAs). Segundo a autora, as cidades de pequeno e médio porte são produtos da expansão e reestruturação produtiva da agropecuária, bem como da expansão da economia e da sociedade do agronegócio. De forma geral, são cidades do agronegócio porque são nelas que se materializam as condições gerais de reprodução do capital do campo. Nas RPAs, de acordo com a autora, as relações campo-cidade são atravessadas por diversas naturezas, intensidades e complexidades, que concentram os fluxos de trabalhadores, agrotóxicos, capital agrícola, transporte etc., que evidenciam um enfraquecimento das dicotomias entre o urbano e o rural. É nas cidades do agronegócio onde residem os trabalhadores agrícolas não rurais, onde estão instaladas as agroindústrias, onde se encontram as lojas de máquinas agrícolas, onde são ofertados os serviços de consultoria e assistência técnica e, sobretudo, onde ocorrem as feiras agropecuárias.

Sendo assim, este trabalho possui o objetivo de apresentar elementos da história de Maringá, sua fundação e seu processo de urbanização, buscando evidenciar contrastes de uma cidade média, que ao mesmo tempo em que se anunciava como um projeto inovador, moderno e sustentável de urbanização, como bem profere a propaganda de “Cidade Verde” transmitida pelo poder público e pela mídia a partir da década de 1980 (Bovo, Amorim, 2012), esteve atrelada às práticas e movimentos agrários. Nesse sentido, o trabalho busca posicionar o município como peça integrante das Redes Produtivas do Agronegócio, uma vez que foi fundado durante o ciclo da cafeicultura na região Norte do Paraná, integrado ao projeto promovido pelo executivo federal de ocupação capitalista de áreas consideradas de fronteira

agrícola (Costa, 2003). Por fim, a discussão parte da definição de território e da sua inseparabilidade entre a materialidade da natureza e o seu uso pela ação humana, suas ações presentes e passadas, e com isso, a configuração territorial se dá pelas condições dos conjuntos de sistemas naturais com os sistemas de engenharia, das ações humanas que são oriundas de objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos (Santos, Silveira, 2005). Por isso que, ao evocar o título deste trabalho, é uma cidade média com grandes territórios do agronegócio.

A HISTÓRIA REGIONAL DE MARINGÁ E O NORTE DO PARANÁ: (RE)OCUPAÇÃO EM BUSCA DO ‘OURO VERDE’

Maringá é uma cidade de médio porte localizada na região Norte, sendo a terceira maior do estado do Paraná com uma área territorial de 487,912 km², que habita cerca de 409.657 habitantes, de acordo com o censo do IBGE em 2022. Localizado a 127 km de Londrina, a segunda maior do Estado, o município se encontra no centro geométrico da zona colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que mais tarde foi rebatizada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A Companhia subsidiária da *Paraná Plantations Company*, de origem britânica, realizava desde 1938 as demarcações e loteamento das terras localizadas na região que foram concedidas pelo governo paranaense entre as décadas de 1920 e 1930 pretendendo estimular a ocupação mercantil e estimular uma ordem fundiária em que predominou pequenas e médias propriedades rurais (Gonçalves, 1999). Foi reservado, portanto, um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que dividiria com Londrina sua liderança regional, além de tecer redes de comunicação com outros municípios localizados em diferentes regiões do Estado, e que também se aproximava da fronteira com São Paulo.

O projeto de cidade, por sua vez, buscava servir como centro propulsor para uma vasta área agrícola. Desta forma, sua localização geográfica e topografia se tornaram um terreno fértil para a construção de um dos maiores centros urbanos do Norte do Paraná, e sobretudo para o ciclo da cafeicultura na região, onde foram destinados mais de 300.000 alqueires para a produção agrícola, que teve sua rápida expansão pela continuidade da construção da estrada de ferro, incorporada pelo governo federal em 1944, até a cidade de Guaíra, que faz fronteira com o Paraguai (Luz, 1999).

Em sua fase de implantação, Maringá tinha tudo para carregar a grande tarefa de núcleo urbano e um dos mais relevantes polos agrícolas do Norte-Novo do Paraná, o qual inclusive, a CTNP/CMNP não mediu esforços para difundir uma propaganda que prometia novas oportunidades, enriquecimento e produção para os cafeicultores vindos de São Paulo e migrantes de outras regiões do país: ‘Nova Canaã’, ‘Eldorado’, ‘Terra onde se brota dinheiro’, ‘Terra de promessa’, entre outros (Gonçalves, 1999). Não obstante, a versão oficial da história regional de Maringá e o Norte do Paraná, promovida pelos documentos oficiais das companhias de terras e as cooperativas agrícolas que posteriormente foram fundadas na região, com o aval de jornalistas, cronistas, geógrafos, historiadores e antropólogos deram toda a credibilidade e protagonismo histórico à empresa e seus colonizadores, desconsiderando o cenário político-ideológico em que se situava o Brasil, muito menos busca mencionar o papel do Estado na concessão de terras (Gonçalves, 1999). Em primeiro lugar, é importante considerar o processo de implantação dos programas de dinamização das atividades produtivas orquestrado pelo Estado, e com apoio das cooperativas agrícolas e companhias colonizadoras, tinham como objetivo resolver os dilemas fundiários de uma parcela da população sem terra, o que na teoria, reduziria as áreas de conflitos pela terra (Costa, 2003). Posteriormente, entre 1946 a 1961 assistiu-se uma revalorização do café no mercado internacional, apoiado em políticas de valorização da moeda, da concentração da industrialização no Sudeste e na valorização da cafeicultura, que com o amparo do Estado e da aristocracia cafeeira, os produtores de café do Paraná e São Paulo teriam garantia a rentabilidade (Melo, 2011).

Por sua vez, se faz necessário mencionar as regiões expropriadas de indígenas, caboclos e pequenas comunidades em diversos lugares do país, mas que neste território, tiveram o aval institucional do Estado do Paraná a partir da década de 1920 (Mota, Noeli, 1999). Diante disso, essas populações que já habitavam anteriormente os territórios norte-paranaenses sequer eram mencionadas nas narrativas oficiais, o que sugere um consenso de que essas terras estavam desabitadas, intocadas, e que o processo de apropriação, ocupação e loteamento de terras pela Companhia se deu de forma democrática, pacífica e sem conflitos, numa ação quase que filantrópica da empresa aos trabalhadores rurais, que levaria a formação de núcleos urbanos articulados à economia do café: a fórmula para o progresso. Desta forma, o imaginário que predomina nessas versões é construído por um ‘vazio demográfico’ (Mota,

1994) que dá suporte legítimo à ação da frente pioneira. Neste conjunto, o imaginário de um vazio demográfico na região norte-paranaense é uma ideia que ainda circula, com ou sem apoio do Poder Público, uma vez que

Muitas e constantes são as reiteraões que se encontram nos discursos que analisam a (re)ocupação da região situada ao norte do Paraná do ponto de vista de quem domina, não só na academia, mas também nos vários meios de comunicação e nas instituições que segregam a memória histórica, como os museus e centros de documentação. [...] Muitos estudiosos que contribuíram para o conhecimento da região norte-paranaense, e mesmo aqueles apenas se referem a ela, entregaram-se ao discurso dominante que omite ou desqualifica a presença indígena na região.(TOMAZI, 1999, p.54)

Ao adotar esta versão como uma história única (Adichie, 2019), o que se conta e legitima sobre a fundação de Maringá é que esta se deu pela exploração de colonos ‘desbravadores’, valentes que ‘derrubaram a mata’ para gerar o ‘ouro verde’, sendo eles os únicos personagens dignos de serem louvados e lembrados. Seus valores dão suporte ao discurso de ‘gente trabalhadora’, da força e persistência dos cafeicultores que vão construindo ao longo das décadas o perfil do cidadão maringaense e sua lógica empreendedora, que até atualmente são difundidos pelos grupos empresariais que se instalaram na cidade. Desta forma, a construção e difusão de uma narrativa dominante que exalta a frente de ocupação pioneira carrega um pacote de discursos de valores ao progresso, o que acaba por omitir os conflitos e interesses envolvidos, além de sobretudo naturalizar um processo que na prática, esteve atrelado à expansão de uma lógica produtiva e competitiva à acumulação de capital no campo.

Em síntese, a história da formação de Maringá está associada a um grande empreendimento agrícola e imobiliário, decorrente da marcha pioneira que avançou em direção ao norte do Paraná (Rego, 2001). O contexto da valorização do café diante da centralização das políticas agrárias nacionais que parte para os desenhos iniciais da modernização agrícola, a expansão das indústrias nas regiões Sudeste e Sul do país no momento em que a produção de café do estado representava mais da metade da produção brasileira e a terceira parte da produção mundial (Melo, 2011), dão as bases para que o município venha a se consolidar como um pólo agrícola, aprofundando a divisão técnica do trabalho no campo que se transfere para as cidades. Sobre estes arranjos, o desenho de Maringá, desde sua origem, segue os contornos de uma territorialização de uma economia

agroexportadora. É possível, portanto, compreender as condições histórico-econômicas da fundação e colonização de Maringá que contribuíram fortemente para sua inserção nas dinâmicas do agronegócio, que serão mais analisadas nos tópicos seguintes. Em paralelo, todavia, há uma outra história da cidade que se funde e se desenvolve dentro de um projeto urbano moderno, inovador e teoricamente sustentável. É nesta fusão de histórias que as contradições começam a surgir.

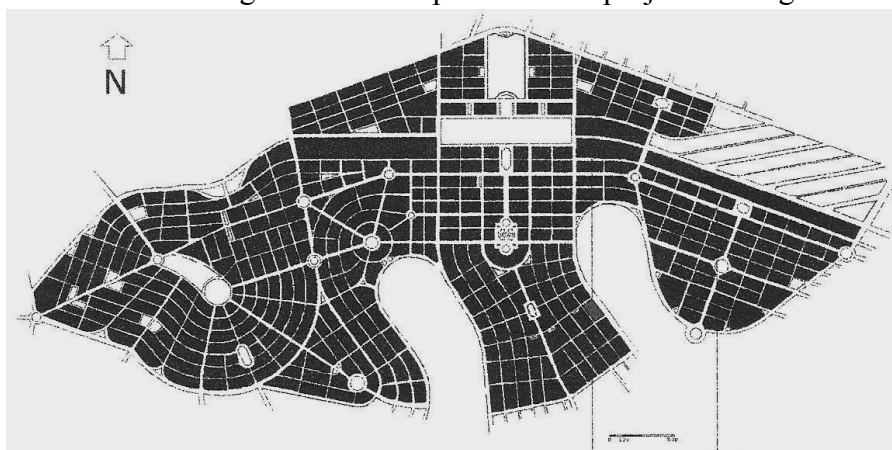
DA NOVA CANAÃ PARA A CIDADE VERDE: O DESENHO URBANO DE MARINGÁ

A cidade norte-paranaense foi projetada para receber e difundir as atividades comerciais aliadas à produção agrícola, que amparadas pelo "espírito pioneiro" dos colonos, consolidaria uma população moderna e com visões para o negócio (Costa, 2003). Em termos práticos, a estratégia da CTNP/CMNP para o estabelecimento da rede urbana da região foi manter a estreita relação entre vias de comunicação, mantendo uma calculada distância entre os pequenos núcleos urbanos em seu entorno, que viriam a se tornar centros prestadores de serviços às comunidades rurais (Bovo, De Costa Trindade Amorim, 2012). Sendo assim, coube ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira esboçar o desenho urbano de Maringá, inspirado pelas cidades-jardins esboçadas por Ebenezer Howard (1850-1928), e materializadas por Unwin e Parker na cidade de Letchworth (1904) e Hampstead (1905).

Ao se deparar com o caos das cidades vitorianas, e ainda ao considerar a grande depressão na Inglaterra na década de 1870 e a crise na agricultura, enquanto os conflitos entre Capital e Trabalho persistiram no final do século XIX (Hall, 2016; Ottoni, 2002), Howard se preocupou em mostrar possibilidades de habitação com qualidade ambiental e condições dignas para as classes trabalhadoras (Rego, 2001), e ainda que fosse possível desenvolver-se, sustentar e circular economicamente, uma vez que as cidades vitorianas, apesar dos horrores que enxergava Howard, ofereciam oportunidades econômicas e sociais (Hall, 2016). Foi necessário, portanto, projetar uma cidade posicionando como prioridade a resolução de problemas sociais profundos, ao mesmo tempo em que se buscava usufruir do que o campo e a cidade poderiam oferecer (Ottoni, 2002). Em 1902, Ebenezer Howard apresentou *Garden Cities of Tomorrow*, que vai além de um projeto: se apresenta como um conceito. Desta

forma, a Cidade Jardim surge em um estrutura circular dividida em seis setores, delimitados por grandes avenidas arborizadas, que se irradiam em parques centrais ou cinturões verdes, se estendendo até o perímetro externo, circundado por linhas ferroviárias que, após envolver a cidade, transforma-se em estradas para o ambiente rural, fazendo com que a interligação entre as áreas rurais e os núcleos urbanos possibilitem o acesso a variadas atividades comerciais, culturais e de lazer (Ottoni, 2002; Rego, 2001).

Figura 1 – Planta de Maringá elaborada a partir do anteprojeto de Jorge Macedo Vieira



Fonte: Bovo, Amorim, 2012.

Em seu anteprojeto, Jorge Macedo Vieira dividiu a cidade em três zonas residenciais (principal, popular e operária), zona comercial (dependências e armazéns da estrada de ferro) e os núcleos comerciais, todas sempre com um limite preciso, neste caso, uma avenida ou bosque, no qual buscava uma organicidade a adequação do espaço urbano através das características da paisagem local e da presença de extensos parques e espaços públicos ao ar livre, pensando nos limites da topografia local e na proteção dos mananciais de córregos que cortam o território (Bovo, de Costa Amorim, 2012). É possível assim observar no desenho urbano seus eixos estruturantes: a organização das vias principais e a circulação, as rotatórias que delimitam áreas verdes, públicas, cruzamento de vias principais. além disso, em Maringá os bairros também são dotados de um pequeno centro que serve como ponto focal da zona, e de instrumento de hierarquização dos espaços urbanos (Rego, 2001).

Figura 2 – vista aérea da cidade de Maringá



Fonte: Assessoria de Comunicação/Prefeitura Municipal de Maringá

Com a efervescência do debate público em torno ao meio ambiente e a preocupação com a pauta ecológica na década de 1980, e ao considerar o artigo 225 da Constituição de 1988 que defende o direito comum do acesso ao meio ambiente, sendo este essencial à saúde e qualidade de vida, tornou-se evidente que as ruas arborizadas, os bosques e parques públicos, as praças e largas avenidas de Maringá chamam atenção para a ideia de explorar a propaganda de uma cidade verde: foram desenvolvidos vários projetos no município relacionados com o paisagismo e urbanismo. Do café, a árvore entra como símbolo de preservação ambiental. Sendo assim,

O cognome “Cidade Verde” ou “Cidade Ecológica” ressurge com a necessidade de o poder público municipal afirmar o compromisso com a causa ecológica [...] Essa imagem da cidade de Maringá foi lançada em forma de discurso, como estratégia política (BOVO, AMORIM, 2012, pp. 109,110)

A propaganda da Cidade Verde construída não foi apenas difundida pela Prefeitura na época: o setor imobiliário e empresarial também apoiaram-se na imagem publicitária para atrair, estimular e fortalecer o comércio e a chegada de novos moradores (Bovo, Amorim, 2012), e desta forma, movimentar a economia. Seja como for, seria simplista resumir o que há por trás da publicidade como uma estratégia política, e não deve-se descartar o apoio midiático. Diante disso, a imagem que se passa de Maringá é de que ela carrega o símbolo de modernidade e inovação, na conciliação e equilíbrio entre o verde e o concreto, e que seus

habitantes possuem uma qualidade de vida invejável. Uma cidade, na visão do então prefeito Ricardo Barros

[...] cosmopolita, mas que ainda mantém suas extensas fazendas, reservas florestais e sítios que são um refúgio ao alcance da mão. O burburinho do progresso e do desenvolvimento acelerado são abafados pelo verde da paisagem. As fábricas fundem-se com os campos. [...] Ao mesmo tempo uma usina do progresso e um oásis de tranquilidade (Folder PMM, 1990, apud BOVO, AMORIM, 2012, p. 119).

O que chama atenção para o trecho acima é que, ainda citando a modernidade e desenvolvimento acelerado do espaço urbano, dá destaque para a zona rural ao mencionar as fazendas e sítios ao entorno, que num jogo de convencimento e sedução ao leitor, transmite a tranquilidade que o município proporciona por suas paisagens verdes. Contudo, a opinião pública não deixa de noticiar as contradições da tão anunciada Cidade Ecológica. Pesquisas em jornais municipais (Paula, 2007) revelam o uso desmedido de agrotóxicos nas lavouras da região, alertando para o grau de contaminação do Rio Pirapó oriundo das enxurradas, e do uso da lavagem de máquinas agrícolas, sem contar os mais de mais de 200 casos e 5 mortes de trabalhadores rurais e população por intoxicação de agrotóxicos. Além disso, outros dados de outras pesquisas parecem rebater a propaganda ecológica (Almeida, 1984, apud Paula, 2007) mostram que na década de 1980, Maringá possuía uma cobertura vegetal natural de 0,5%. Este caso, por sua vez, não é isolado e tampouco incomum, uma vez que acendeu um alerta nacional e uma série de estudos e conscientizações sobre o uso de agrotóxicos, tendo em vista a pressão externa do mercado internacional sob a ameaça de boicote de produtos. Somente assim foi cogitado pelo Congresso a restrição e regularização do uso de insumos agrícolas (Paula, 2007).

Diante disso, é evidente que a produção e divulgação dos discursos ligados à ecologia representam os próprios interesses de quem domina: Estado e mercado. Com isso, a propaganda de Maringá como cidade verde buscou ocultar suas contradições socioambientais. Desta forma, tal construção imagética constitui um processo social de planejamento pelo Estado em favor dos agentes do mercado. Pode ser que surja durante a leitura deste trabalho a pergunta: como este projeto e a propaganda de Maringá como Cidade Verde se relacionam com o agronegócio e suas dinâmicas? O caminho para a resposta pode se encontrar na própria formação de Maringá, que não deve ser compreendida apenas como resultado de um desenho

urbano moderno e sustentável, mas como parte de um processo de organização do território regido pela expansão agrícola, que necessitou de uma dimensão simbólica que buscasse equilibrar o urbano e o rural. Além disso, é preciso considerar o próprio papel que as cidades de médio porte desempenham, bem como o propósito que elas foram inseridas nas redes urbanas a partir da década de 1970 que já foram descritas na introdução, mas que a seguir serão um pouco mais exploradas.

DA CIDADE VERDE PARA A DALLAS BRASILEIRA: A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO EM SOLO NORTE-PARANAENSE

Para compreender os rumos das dinâmicas do agronegócio e como Maringá se tornou reconhecida como pólo agrícola que se enquadra nas definições das redes produtivas do agronegócio desenvolvidas por Dias (2025), é necessário retomar alguns aspectos e trajetórias do desenvolvimento agrário e o processo da modernização agrícola no Paraná a partir da segunda metade do século XX. A agricultura paranaense se modernizou a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 em plena crise da economia cafeeira, consequência do excesso da oferta do produto no mercado externo e as dificuldades na concorrência com os produtos de outros países, além das condições climáticas como as geadas, sobretudo a grande e memorável geada de 1975, que assolou os cafezais norte-paranaenses, e consequentemente, resultou num processo de redução da cultura e a substituição por outras atividades produtivas, como a soja, o arroz, e o algodão (MORO, 2000, apud Melo, 2011). Vale ainda destacar que a modernização agrícola no Estado do Paraná foi marcada pela concentração fundiária e desemprego rural devido ao processo de mecanização no campo, uma vez que mais de 100.385 estabelecimentos agropecuários foram encerrados na década de 1970. Houve, assim, uma redução da população rural que se viu forçada a migrar para as cidades regionais, com cerca de uma evasão de 49,7%, entre 1970 e 1991, enquanto no Norte do Paraná, a população sofreu uma redução de 63,9% (Melo, 2011).

É neste contexto que as cidades médias foram fundamentais na articulação e promoção dos sistemas urbanos regionais. Estas apresentam condições adaptáveis às novas exigências dos novos modos de produção, inclusive das demandas do setor agroindustrial. As redes

urbanas, sob esta perspectiva, podem ser lidas como cidades do fazer e gerir o agronegócio. Por sua vez, as redes produtivas do agronegócio podem ser compreendidas como

[...] um recorte espacial formado por um espaço agrícola extremamente racionalizado e especializado na produção de commodities agrícolas, agrocombustíveis, animais para abate, entre outros, somado a espaços urbanos não metropolitanos (cidades pequenas e médias) com funções especializadas para atender às demandas dessa produção agropecuária e agroindustrial componentes do agronegócio. [...] as RPAs constituem regiões onde os capitais do agronegócio têm cada vez mais domínio sobre os meios de produção, as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores, as esferas locais de poder, assim como sobre a produção dos próprios espaços urbanos que as compõem. Isso evidencia que as necessidades das corporações do agronegócio impactam diretamente não só as formas de produção do espaço agrícola, mas também o espaço urbano e regional. (ELIAS, 2025, p.368)

No caso das cidades médias com papéis regionais como Maringá, elas desempenham funções básicas de atendimento e prestação de serviço à população, como saúde, educação e comércio, que recebem muitas vezes moradores das cidades pequenas vizinhas as quais os serviços públicos conseguem suprir as demandas de toda a população. Sendo assim, no compasso da modernização agrícola no Paraná, Maringá se tornou berço de cooperativas agrícolas e sediou parques industriais de subsidiárias de grandes empresas do ramo alimentício, como a Cocamar Cooperativa Agroindustrial (Dourado, 2023), fundada em 1963, e o parque industrial da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) fundado em 1962, que foi uma empresa nacional de processamento de algodão e óleos alimentícios, sendo a primeira agroindústria instalada no município. A zona industrial no planejamento urbano de Maringá, próxima a ferrovia e rodovias, e próxima a zona residencial, foram pontos estratégicos para a instalação em Maringá. A SANBRA, contudo, teve suas atividades encerradas em 1994, sendo posteriormente adquirida pela Bunge². É possível mencionar, inclusive, que a cidade abriga lojas de maquinários agrícolas transnacionais como a John Deere, a fábrica e matriz administrativa da GT Foods, reconhecida como uma das maiores empresas de processamento de frangos no Brasil, ao lado de JBS e BRF, que estão entre as maiores do mundo em produção e abate³.

² Disponível em: [Unidade da SANBRA em Maringá](#). Acesso em abril de 2026.

³ Disponível em: [O voo da GTFoods: a avícola que foi às alturas comandada por um millenial](#). Acesso em abril de 2026.

A isso se acrescenta o papel da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com destaque para a fundação do Centro de Ciências Agrárias em 1975 e a inauguração de cursos como Zootecnia, Agronomia, Engenharia Agrícola e Medicina Veterinária⁴, que colaborou e fortaleceu a formação de mão de obra especializada, serviço técnico e desenvolvimento científico. Sendo assim, o território do agronegócio em Maringá não apenas se observa na sua dimensão econômica com a fundação de cooperativas agrícolas e instalação de parques agroindustriais, mas está presente no desenvolvimento técnico e científico que, com o apoio institucional das universidades, foram indispensáveis no processo de modernização agrícola e consolidação do agronegócio.

Em sua dimensão política, o agronegócio também fincou suas raízes em Maringá: em 1962, no 15º aniversário de Maringá, a Prefeitura organizou no Clube Hípico a primeira Exposição Pecuária de Maringá, um evento voltado a elite de pecuaristas e agricultores que ansiava por um lugar para promover seus encontros e realizar negócios. Ao acatar este interesse, o então prefeito João Paulino Vieira Filho (1921-2001), apresentou o projeto de implantação de um parque para sediar grandes eventos e que a exposição agropecuária pudesse se desenvolver. Diante disso, a CMNP representada pelo diretor Hermann Moraes Barros, doou cerca de 11,356 alqueires para a construção das instalações no local onde hoje está instalado o Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro, inaugurado no ano de 1972 na primeira Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Maringá (Expoingá) (Barros, 2015). Com o passar das edições do evento, surge a Sociedade Rural de Maringá (SRM) em 1979, com o propósito de administrar o Parque de Exposições e gerir a Expoingá, que até então estava sob a gestão da Prefeitura⁵.

Desta forma, em sua dimensão cultural, a feira agropecuária celebrada na semana do aniversário da cidade de Maringá, realiza anualmente shows musicais, entretenimento, negócios, comércio, exposições do setor agroindustrial e circuitos de rodeios. Entre as grandes exposições de maquinários, animais, equipamentos, ferramentas e projetos agroindustriais, a Expoingá, assim como as demais feiras agropecuárias no país, podem ser encaradas como as vitrines do agronegócio que se expressam em uma grande festa para a população, com atrativos culturais, esportivos, comerciais e de lazer (Souza, 2025). No ano de

⁴ Disponível em: [Histórico - CCA/UEM](#) Acesso em abril de 2026.

⁵ Disponível em: [Sociedade Rural de Maringá: 40 anos de história – SRM](#). Acesso em abril de 2026.

1999, Maringá foi comparada a Dallas, Texas (EUA) em uma reportagem da revista *Veja* assinada por Maurício Lima, que associava elementos e características da cultura *country* texana à identidade cultural da cidade. De acordo com a reportagem, há

[...] um desejo mal disfarçado dos moradores dessa espécie de capital do noroeste do Paraná: ser uma extensão do Texas ou da Califórnia no Brasil. Maringá não tem o interesse em imitar o destino das grandes capitais brasileiras. Maringá está mais perto do Texas que do Brasil. [...] não espere encontrar cinemas e teatros por todo o lado. Na hora da diversão, são outras atrações que fazem à festa dos habitantes. Existem três grandes eventos na agenda anual da cidade: um rodeio, uma feira agrícola e a escolha da Garota Country ... (LIMA,1999, apud BOVO, Amorim, 2011)

O trecho acima escancara a magnitude e peso que a Expoingá possui sobre a agenda e consumo cultural da população maringaense. Em 2022 foi realizado o primeiro Diagnóstico da Cultura de Maringá, que consistiu numa pesquisa de mapeamento cultural do município que teve como objetivo realizar um levantamento de informações a respeito das ações culturais, perfil cultural da população, agentes e coletivos culturais que possam orientar novas ações de políticas públicas culturais. Sendo assim, o Diagnóstico revela uma predileção em parte da população com a Expoingá em detrimento de outros eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura: 65% dos entrevistados consideram o evento a “cara” do/a maringaense, e 65,6% declaram ter comparecido em mais de quatro edições de feira (SEMUC, 2023). Nesse sentido, a feira se exprime como um projeto articulado pela SRM que, com o apoio institucional, se estabelece um consenso por meio de prestígio e poder sobre a população de que ela se identifica com tudo que é promovido pelo agronegócio: músicas, estéticas, ideias e valores (Souza, 2025), o que para alguns caminha na contramão do que vem a ser uma cidade moderna, cosmopolita, urbana e do futuro (Costa, 2003).

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, foram apresentados alguns elementos, condições e contextos históricos da fundação, colonização, implantação e (re)ocupação de Maringá que dão algumas bases que sustentam a ideia de que, ao mesmo tempo em que a cidade se

apresentou como um projeto sustentável e moderno de urbanização, se revela como inserida nas dinâmicas do agronegócio, que preserva em sua essência elementos historicamente conservadores, baseados na concentração fundiária, monocultivo e exploração intensiva e ecocida dos recursos naturais. O projeto, nesse sentido, foi amplamente propagado pelo Poder Público, setores empresariais e veículos de comunicação como local estratégico e ideal para o desenvolvimento, progresso e qualidade de vida. Estas contradições vão ganhando espaço à medida em que a cidade se expande, e que com o passar do tempo, o desenho da Cidade Jardim se enfraquece, decorrente das disputas empresariais imobiliárias e comerciais, que vão escancarando seus impactos socioambientais e segregações espaciais (Bovo, Amorim, 2012). Este trabalho, por sua vez, oferece o desdobramento de temas que podem ser melhor explorados, como as relações entre planejamento urbano e poder, e até mesmo os dilemas entre a publicidade e a situação e condições reais do município, uma vez que se propaga até os dias de hoje discursos e anúncios de que Maringá é uma das melhores cidades para se viver no Brasil⁶.

Foi realizado, por outro lado, um esforço teórico-metodológico em posicionar o município dentro das definições e características das cidades do agronegócio. Sendo assim, a cidade de Maringá pode ser exemplificada deste conceito, ao considerar que o município abriga lojas, empresas, galpões, e cooperativas da agroindústria; recebe, forma e presta serviços especializados da agropecuária; e celebra todos os seus feitos em uma grande feira agropecuária. A modernização agrícola fez com que a divisão do trabalho, bem com suas especializações, se tornassem cada vez mais complexas, estabelecendo uma hierarquia urbana onde as cidades médias e grandes assumiram o fazer e gerir o agronegócio.

Assim, o município, à luz destas investigações, pode ser encarado como uma peça integrante das RPAs, porque abrange as dimensões econômicas, políticas, técnico-científicas e culturais que o agronegócio difunde por todo o território nacional. Não se deve descartar, por outro lado, o apoio e financiamento estatal institucional para a consolidação do reconhecimento de Maringá como um pólo agrícola. Em questionamento às narrativas oficiais produzidas pelas companhias de terra e empresas do setor agroindustrial que dão toda

⁶ [Maringá lidera ranking da Gazeta do Povo e se consolida como a melhor cidade para viver no Paraná entre municípios com mais de 50 mil habitantes](#) Acesso em abril de 2026.

a credibilidade para a CTNP/CMNP, este trabalho também buscou evidenciar o papel do Estado na formação das RPAs e no próprio rearranjo das redes urbanas no interior do país.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARROS, Rafaela De Angelis. **As dinâmicas socioespaciais da Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Maringá/Paraná /Brasil**. 2015. 158 p. Tese (Doutorado em Geografia) Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH). Universidade Estadual de Maringá, 2015.

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa. A cidade verde, imagens e discursos: o caso de Maringá (PR) Brasil. RA'E GA - **O Espaço Geográfico em Análise**, n. no. 26, p. p.p. 100-127, 1 dez. 2012.

COSTA, Simone Pereira. **Estrada da vida: a organização do mundo dos rodeios no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DOURADO, Simone Pereira da Costa. Cidade, cultura e modernidade: o que pensa o maringaense sobre o consumo cultural. In: TONELLA, Celene (org.). **A política pública de cultura em Maringá**. Maringá: Perfil, 2023.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e urbanização dependente no Brasil**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson (org.). **A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. São Paulo: Papirus, 2006

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a Imagem Publicitária Vira Evidência Factual: versões e reversões do Norte (Novo) do Paraná- 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito, GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito, GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

MARINGÁ. Secretaria Municipal de Cultura (SEMUC). **1º Diagnóstico do Desenvolvimento da Cultura em Maringá: Relatório Final**. Maringá: SEMUC/Observatório

das Metrópoles (Núcleo UEM), 2023. Disponível em: <http://www3.maringa.pr.gov.br/cultura/?cod=sismuc/15>.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito, GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

OTTONI, D. Araújo Benedicto. Introdução: **Cidade Jardim. Formação e Percurso de uma Idéia**. São Paulo. Annablume-Hucitec, 2002

PAULA, Zuleide Casagrande de. O CAMPO DA VIDA O CAMPO DA MORTE: UMA LEITURA DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ NA DÉCADA DE 80. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2007.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

REGO, Renato Leão. O Desenho Urbano de Maringá e a Idéia de Cidade- Jardim. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23 nº. 6, p. 1559-1577, 2001

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. P 246-325.

SOUZA, Natalia Wingeter de. **Entre o agro e a cidade: uma leitura antropológica da Expoingá e da identidade cultural de Maringá**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2025.

STABACK, D. F., & Ferrera de Lima, J. (2023). Cidades médias brasileiras e sua convergência de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, e20220054. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220054>

STAMM, Cristiano et al. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, v. 14, n. 2, p. 251–265, jul./dez. 2013.

TOMAZI, Nelson Dácio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO

NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	
Formato de papel A4	
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	
Fonte Times New Roman, tamanho 12	
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	
Espaço entre linhas de 1,5	
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	
Conversão do arquivo em .pdf	